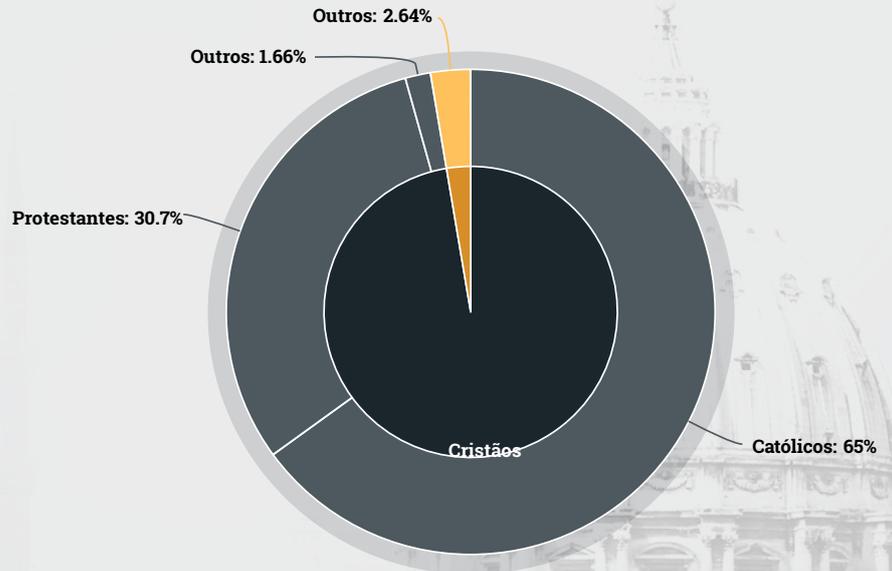


# Guatemala



## DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

O preâmbulo da Constituição afirma que ela é decretada, sancionada e promulgada em nome de Deus.

No artigo 19º, a Constituição concede aos condenados o direito a comunicarem com capelães da sua religião.

No artigo 33º, ao regulamentar o direito de reunião, a Constituição afirma que as manifestações religiosas no exterior dos templos são autorizadas e regulamentadas por lei.

A liberdade religiosa está consagrada na Constituição. O exercício livre de todas as religiões é permitido. O direito ao culto público e privado é reconhecido. A educação religiosa é autorizada sem restrições para além das necessárias para a ordem pública e o respeito pela dignidade da hierarquia e da fé de outros credos (artigo 36º).

Não há interferência no currículo da educação religiosa. O Ministério da Educação trabalha com os diversos grupos religiosos para incorporar no currículo escolar noções abrangentes de cidadania que não pertençam necessariamente a qualquer credo específico.

O Estado reconhece o estatuto legal da Igreja Católica e concede o reconhecimento legal a outras entidades religiosas, o qual não pode

ser negado exceto por razões de ordem pública. O Estado reconhece os bens que são propriedade da Igreja Católica, que esta usa de forma pacífica para os seus próprios fins, que lhe pertenceram no passado e não podem ser registrados em nome de terceiros. Os bens que as entidades religiosas atribuem ao culto, educação ou assistência social estão isentos de impostos (artigo 37º).

Os ministros das entidades religiosas reconhecidos pelas autoridades administrativas podem celebrar casamentos que são válidos a nível civil (artigo 49º).

A educação religiosa é opcional nas escolas públicas, embora na prática não seja disponibilizada. De acordo com o artigo 73º, o Estado deve contribuir para a manutenção da educação religiosa sem discriminação.

Os ministros da religião não podem exercer o cargo de presidente, vice-presidente, ministro de Estado, magistrado ou juiz (artigos 186º, 197º e 207º).<sup>[1]</sup>

O Código Penal pune as violações da liberdade religiosa e a profanação de locais de culto.

A lei permite que os grupos maias realizem cerimônias religiosas em lugares que estão historicamente ligados à sua cultura, mas que são agora propriedade do Governo. No entanto, os líderes religiosos maias queixaram-se de restrições no acesso a lugares arqueológicos, como por exemplo através do pagamento de bilhetes de entrada.

[1] [http://www.thearda.com/internationalData/countries/Country\\_98\\_6.asp](http://www.thearda.com/internationalData/countries/Country_98_6.asp) (acessado em 28 de Março de 2016).

Os líderes protestantes também alegaram que as autoridades locais por vezes requerem o pagamento de impostos sobre bens de que são proprietários, apesar do estatuto de isenção fiscal de que gozam perante a lei.

## INCIDENTES

Em janeiro de 2015, o congressista Marvin Osorio introduziu um projeto-lei que tornava a leitura da Bíblia obrigatória em todas as escolas públicas e privadas.<sup>[2]</sup> Em julho do mesmo ano, Carlos Mendoza, um consultor e membro da Associação Guatemalteca de Humanistas Seculares foi vaiado por crentes religiosos que apoiavam a proposta de tornar o ensino da Bíblia obrigatório nas escolas.<sup>[3]</sup> No mesmo mês, a associação também emitiu uma declaração relacionada com o projeto-lei na qual reiterava o seu respeito pela liberdade religiosa.<sup>[4]</sup>

Em junho de 2015, a Conferência Episcopal Católica da Guatemala emitiu uma declaração na qual apelava ao fim da corrupção generalizada no país e exortou os eleitores a votarem de acordo com a sua consciência nas eleições de setembro de 2015.<sup>[5]</sup>

Em junho de 2015, o Vicariato Apostólico de Petén emitiu uma declaração expressando solidariedade para com o povo de Sayaxché, uma comunidade afetada pela contaminação do Rio Pasión, que matou a vida selvagem local. Muitas outras comunidades locais foram igualmente afetadas.<sup>[6]</sup>

Em agosto de 2015, membros de diferentes religiões, incluindo católicos, evangélicos, budistas e protestantes, uniram-se em protesto e marcharam contra a corrupção política no país.<sup>[7]</sup>

Em novembro de 2015, um homem que usava uma sotaina e que alegava ser sacerdote dominicano estava promovendo o aborto e o secularismo na Guatemala.<sup>[8]</sup>

Constitucionalmente, a Igreja Católica tem uma posição privilegiada. Contudo, ao mesmo tempo, os setores secularistas da sociedade ameaçam a liberdade de ensinar religião.

## PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Em geral, uma diminuição dos atos de violência sugere uma melhoria na liberdade religiosa. No entanto, a diferença acentuada do estatuto constitucional da Igreja Católica, por comparação com a obrigação dos outros grupos religiosos de se registrarem, é um desafio para a Guatemala nos anos que se seguem. São necessárias medidas para conceder igualdade legal e real a todos os grupos religiosos. Ao mesmo tempo, a proteção das comunidades indígenas do país e o reconhecimento e valorização das suas práticas religiosas fica aquém do necessário para proteger adequadamente a sua liberdade religiosa.

A Guatemala viveu tempos turbulentos. Vários relatórios expuseram a corrupção generalizada entre os seus líderes políticos. Contra este pano de fundo, alguns promoveram a ideia do estudo obrigatório da Bíblia como solução. Isto gerou um clima de violência entre grupos com diferentes perspectivas. Uma meta fundamental para a Guatemala nos próximos anos vai ser o fortalecimento das autoridades políticas e das instituições, para separar o exercício da liberdade religiosa e de culto da governação e da administração do Estado.

[2] <http://www.soy502.com/articulo/diputado-propone-ley-lectura-obligatoria-biblia-escuelas> (acessado em 28 de Março de 2016).

[3] <http://lahora.gt/congreso-religiosos-abuchean-a-consultor-que-defendia-educacion-laica/> (acessado em 28 de Março de 2016).

[4] <http://www.humanistasguatemala.org/comunicado-sobre-la-propuesta-de-ensenanza-biblica-obligatoria/> (acessado em 28 de Março de 2016).

[5] <http://www.iglesiaticolica.org.gt/20150603.pdf> (acessado em 28 de Março de 2016).

[6] <http://www.iglesiaticolica.org.gt/20150616.pdf> (acessado em 28 de Março de 2016).

[7] <http://lahora.gt/religiosos-unen-esfuerzos-contra-la-corrupcion/> (acessado em 28 de Março de 2016).

[8] <https://www.aciprensa.com/noticias/falso-sacerdote-catolico-promueve-aborto-y-laicismo-en-guatemala-63393/> (acessado em 28 de Março de 2016).